

## LAMPEJOS ESPARSOS PARA EXPANDIR O ENTENDIMENTO DO PATRIMÔNIO EDILÍCIO MODERNO BRASILEIRO

Jairo Aldemar Bastidas Gustin<sup>1</sup>

### Introdução

Na atualidade abdicar das mordomias da modernidade seria inviável. Esta instigação nos permite ter real dimensão da importância desta era. Entretanto, nas circunstâncias atuais parece existir a proeminência de um filtro seletivo. Se por uma parte esta peneira elege tais “dons” conferindo ao objeto *status* de imprescindibilidade, por outra parte, manifestações arquitetônicas modernas, com essência material, para nossa cultura não são recompensadas com um tratamento homólogo.

*Grosso modo* a acepção patrimônio como conceito abrangente está atrelada à evocação das tradições pela materialidade física, temporal, estimação, etc. que um determinado coletivo recebe como herança (LOWENTHAL, 1998). Neste sentido, observa-se que na atualidade e em tempos pretéritos recentes, nem todas as dimensões que perpassam à sociedade afetaram homoganeamente dito julgamento preliminar.

Assim, neste artigo trata-se de esquadrihar como o patrimônio arquitetônico moderno impregna sua identidade e sentidos culturais não apenas em níveis locais, mas transbordando sua influência para áreas adjacentes. A importância destas dimensões, objetivas e subjetivas, reside em que com o tempo também se tornam em elos diferenciadores e idiossincráticos dos povos e culturas.

## Primórdios e desdobramentos históricos do patrimônio

Na Europa as preocupações associadas às questões patrimoniais se remontam à passagem entre o século XIX e início do XX. A ideia de preservação surge em função do descontrole e caos oriundos da era industrial que arranharam diversas dimensões da vida do homem. Isto é, o progresso criou condições de melhoria, mas ao mesmo tempo, se deparou com que os vestígios do passado eram destruídos. Desta forma, o lado avesso e devastador do desenvolvimento permitiu mudar à lógica de indiferença com relação aos tempos pretéritos.

É preciso frisar que o elo principal deste ressurgimento e fruição pelos tempos pretéritos foi decorrente da evocação da sensibilidade estética, incentivada pelas construções longínquas. Esta mudança de prisma determina o nascimento de um limiar intransponível entre as manifestações antes e depois do início da era industrial (CHOAY, 2001). Poucas décadas depois esta consciência patrimonial tornou-se não optativa, mas imperativa em função dos reflexos da Segunda Guerra Mundial.

Entretanto, a supracitada revolução industrial teve repercussão delongada em território sul-americano, de forma análoga que sua incidência em outras variáveis locais. No caso brasileiro, é registrado em 1935 o primeiro documento oficial que diz respeito à abordagem de patrimônio de bens antigos. Este relatório foi criado pela União Pan-americana e, em linhas gerais, proferia a necessidade de salvaguarda de monumentos históricos, independente de situações de paz e guerra (SILVA, 2003).

*A priori* este dado histórico não impressiona e suscita o primeiro argumento sobre o cuidado que deveria ser concedido ao patrimônio moderno. Destarte, existe a possibilidade de cuidar de manifestações edilícias que surgiram concomitantemente com o primeiro documento com viés patrimonial, que apenas ressaltava o valor e preocupação pelos bens antigos?

Riegl (2006) elucida que a antiguidade é uma variável obtida apelando à sedimentação temporal. Completa observando que de maneira irrevogável as ações físicas naturais repercutem no desgaste do objeto induzindo de modo direto no embate entre processos cíclicos de destruição vs. criação. Ambas as situações são nefastas em face de que a destruição (perda objetual) e a criação (descaracterização) são transgressoras da essência material.

Deste ponto de vista, vale a pena salientar que a inserção da variável temporal é crucial, pois no escopo arquitetônico é impossível antever ou prospectar se a construção é fiável o suficiente para ressoar no imaginário das pessoas. Isto é, existe uma exclusividade irrestrita conferida ao tempo que norteia os parâmetros na assimilação e decantação do valor arquitetônico de certas manifestações edilícias.

Vale a pena esclarecer que os preceitos rieglianos replicam na rememoração de valores atuais em oposição ao reconhecimento dos monumentos antigos, pois salienta-se que os valores contemporâneos são transversalizados por dimensões não necessariamente alinhadas às escalas valorativas precedentes. Os valores irrevogavelmente não possuem uma continuidade cartesiana, pelo contrário oscilam no tempo e gravitam de modos dissímeis nas culturas, portanto, para sua compreensão e decantação envolvem maior aguçamento.

A dificuldade de reconhecimento da arquitetura moderna como patrimonial se inicia pela contradição desta terminologia. Esta postura foi parcial rebatida, pois alguns conjuntos arquitetônicos foram reconhecidos com distanciamento temporal incipiente (várias obras de Niemeyer abriram processos de tombamento em lapsos de tempo exíguos). Além disso, em outros momentos, o afastamento do próprio autor não ficou evidente (Lúcio Costa solicitou o tombamento do Plano Piloto de Brasília). (IPHAN, 2008).

Sob a égide destas assertivas é importante enfatizar que os vestígios imagéticos da antiguidade são tão transcendentais quanto os resquícios edilícios de

modernidade, pois suas marcas são mais recentes. Assim, é impossível criar estigmas hierárquicos. Nos dois casos é prioritário que seus elementos prestantes não subestimem seus valores, pois dispensá-los dispensando uma análise criteriosa acarreta na sua incompreensão e deturpa a compreensão da configuração citadina.

Igualmente, para articular um nexos com o passado é necessário elucidar que nas circunstâncias do antigo continente ao invés de ressaltar a estimação pelas rarefeitas e nascentes construções modernas as primeiras inquietações tentaram “modernizar” as edificações existentes. Defendia-se que era proeminente estar alinhados às assertivas eurocentristas de progresso em apologia ao movimento desenvolvimentista em expansão e todos seus desdobramentos.

Esta concisa explanação possibilita inferir a primeira tentativa que abriu passagem no sentido do início de uma tradição conservacionista. Seu intuito primigênio visava o aperfeiçoamento de bens culturais, incluídos os arquitetônicos. Deste modo, é evidente o surgimento de uma corrente que atentou pela importância do passado e arriscou-se mergulhar no resgate peremptório de algumas manifestações.

Nas décadas mais recentes a UNESCO<sup>i</sup> e o DOCOMOMO<sup>ii</sup> tiveram um papel mais proeminente na salvaguarda patrimonial Mundial (SILVA, 2003). Entretanto, por seu escopo enviesado, em especial da primeira instituição, sua catalogação ou forma de atuação é passível de questionamentos que ecoam singularmente em diferentes territórios até nos dias atuais.

Para entender estes processos é imprescindível ilustrar que do ponto de vista cronológico a maioria dos processos desenvolvimentistas estão atrelados às ideias dicotômicas de esplendor e decadência. Esta manifestação é intrínseca à história, pois na sobreposição paradigmática de mudança de rumos os primeiros subvertem a ordem preestabelecida. Confere-se que geralmente os aspectos promulgados como

progressistas são considerados como abordagens “adequadas”. O processo de colonização foi balizado por esta assertiva.

Por outra parte, a UNESCO e ICOMOS<sup>iii</sup> são instâncias responsáveis pela definição de parâmetros que as manifestações naturais e artificiais contem para ser reconhecidas patrimoniais. Uma análise menos metódica das catalogações existentes permite estabelecer que territorial (países ou grandes regiões) e historicamente existem certas prerrogativas preferenciais pela inclusão de manifestações inseridas nos contextos dos países desenvolvidos.

Deste modo, é necessário elucidar que a literatura que estuda o patrimônio, via classificação da UNESCO, explana diafanamente o realce das culturas europeias e norte-americanas (PRUDON, 2008; SILVA, 2003). Esta rotulação excludente cria uma cisão entre o que certas culturas consideram passível e digno de ser valorizado vs. culturas que possuem valores com ressalvas. Sob este prisma, numa hipotética catalogação, estes últimos merecem ser dispensados.

A subvalorização do que pertence à própria cultura em detrimento das outras é recorrente no decorrer da história. A maioria das vezes foi praticada tendo a cultura europeia como detentora de valores ocidentais dignos de ser disseminados nas outras culturas. Esta disseminação traz à tona a mensagem que certas culturas foram mais iluminadas. Desta maneira são criados estereótipos que merecem ser guardados e outros remanescentes, que no entendimento da cultura exógena e/ou dominante possuem menor valor e não devem ser ressaltados.

Em outras palavras, as cláusulas arroladas tentam explicitar que algumas manifestações são mais relevantes. Coincidentemente estas correspondem às que possuem no seu ADN o filtro europeu-americano. Esta situação se enfatiza ainda mais se analisarmos o cenário patrimonial latino-americano. Segundo Prudon (2008), neste contexto, é evidente a inclinação pela escolha dos conjuntos

patrimoniais com passado colonial. Excluem-se dessa peneira conjuntos de paisagens naturais detentoras de abordagens dessemelhantes.

Em tempos pretéritos esta relação já extrapolou patamares inimagináveis, entretanto esta atitude, explícita ou tacitamente, ainda sobrevive. O motivo da sua resiliência é que para alguns, o patrimônio dos países localizados no hemisfério norte continua sendo referencial de “boa qualidade”. Contudo, em plena globalização este ensejo de submissão advindo de culturas mais desenvolvidas, é de inacreditável compreensão.

No contexto brasileiro brotam circunstâncias homônimas. Acredita-se que esta empatia, oriunda da relativa fragilidade física e afinidade estética, possibilitou que o resgate promulgado pelo atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), também seja voltado a conjuntos de tradição colonialista, com certas ressalvas. Em contraposição, a abordagem do DOCOMOMO, organização não governamental, pronuncia, a partir de incisivos estudos acadêmicos, a impreterível necessidade de salvaguardar obras executadas no período modernista.

### **Tecendo inflexões patrimoniais: teorias e categorias de restauro**

Discorrer sobre as inflexões de restauro suscita debater não apenas sobre as ações de manutenção ou preservação, mas principalmente abranger a ressurreição de posições que gravitam em duas pontas opostas (Brandi e Ruskin *versus* Viollet-Le-Duc). Estas abordagens são ilustrativas, pois possibilitaram os pontos de apoio do entendimento patrimonial e já foram largamente discutidas por diferentes autores, em especial, por Choay (2001) e Prudon (2008).

Boito (2003) é o autor encarregado de harmonizar os atritos das teorias em menção. Seus posicionamentos permitiram esclarecer em que pontos diferem as ações conservatórias e restaurativas num determinado monumento. Este autor

contribuiu promulgando alguns princípios essenciais para intervir monumentos e defendeu ferrenhamente atividades de conservação com frequência temporal, considerando que cada intervenção é *sui generis*.

Neste artigo defende-se que a integração a partir de várias vertentes conceituais, é uma postura equânime, pois dependendo da situação, uma ou outra possuem validade, porém não necessariamente legitimidade absoluta e irrestrita. Isto é, acredita-se que o grau de atuação no objeto arquitetônico passível de restauração está atrelado a sua inserção contextual e condicionantes temporais singulares. Ressalta-se também que estas experiências visando seu aprimoramento deveriam ser permeadas pelas contribuições advindas de disciplinas correlatas.

Contudo, para compreender esse campo contextual é fundamental mencionar que as teorias dos mais proeminentes autores do restauro surgiram em consonância de dissímeis categorias. Em primeiro lugar, é necessário lembrar que as discussões patrimoniais sempre aludem à discussão de dois níveis relativos à posse de substrato físico ou não. O nível material considera o objeto existente, disposto e mensurável espacialmente. O segundo é o construto inteligível simbólico. O primeiro por seu caráter físico é de fácil decodificação. O segundo, não obstante seja um pouco intangível, também repercute e influencia na sociedade (CHOAY, 2001; PRUDON, 2008; SILVA, 2003).

Ambos os níveis percorrem as culturas e são considerados complementares, imprescindíveis e subsidiadores da vivência humana no espaço urbano ou rural. Para estabelecer um fio condutor alinhado aos objetivos deste trabalho serão considerados apenas os aspectos peculiares integrados à essência material. Acredita-se que nesta seara é possível encontrar os vestígios das questões patrimoniais arquitetônicas. A partir das visões de Choay (2001) e Prudon (2008), a seguir, serão descritas as principais categorias:

### ***Autenticidade e Originalidade***

Estes dois termos estão ligados umbilicalmente. A autenticidade é a característica que diz respeito aos estudos das feições consideradas genuínas e verdadeiras do objeto arquitetônico a ser estudado. Estes atributos devem ser analisados e atestados por especialistas, em conformidade com parâmetros, visando verificar sua real condição de originalidade.

Estes vocábulos, também associados ao legítimo e real, são asfixiados pela proliferação de características que migraram à replica por meio da cópia, imitação e falsidade, todas elas consideradas inimigas. Deste ponto de vista a autenticidade possui um valor único, essencial e irrevogável nas questões patrimoniais. Entretanto, nem sempre vinculada em se tratando das questões edilícias menos protuberantes.

### ***Distinguibilidade***

O sentido da distinguibilidade propende elucidar que uma obra incluída como patrimônio deve abdicar de maquiagens que disfarcem sua condição original, entretanto é necessário a ostentação temporal que marca a diferença entre o novo e o velho. A condição de distinguibilidade, em função da homogeneidade das técnicas construtivas contemporâneas é de mais abstrusa detecção.

### ***Mínima intervenção***

Este termo aborda as feições que devem ser salvaguardas como essenciais. Destarte, o monumento cultural é acendrado por esta variável no ensejo de inibir sua descaracterização formal. Entretanto, entende-se que certas considerações, em especial estruturais, são cabíveis na hipótese de que formas mais ortodoxas aos monumentos não forneçam balizas suficientes para sua preservação.

### ***Reversibilidade***

É consensual entre os autores que abordam as questões patrimoniais que qualquer ação de restauro parte da premissa da compressão da importância dos valores passíveis de serem salvaguardados. Este termo não implica cartesianamente afirmar que a intervenção possui conotação temporária e supérflua. Num prisma contemporâneo é abordada como as novas feições acrescidas possibilitam e agregam na legibilidade do conjunto edilício.

As categorias elencadas possuem um viés aderido às alterações do manuseio de ferramentas físicas no objeto em si. Entretanto, alguns autores sopesam pertinente também a inserção da variável uso e função, pois é ponderada como capaz de provocar desdobramentos ímpares na vida do objeto patrimonial. As principais motivações advindas da preocupação funcional se derivam, em primeiro lugar, do evidente risco de destruição ou perda do edifício. (PRUDON, 2008).

Brandi (2005) discursa que o uso possui um papel secundário. Esta alusão condena esta variável à estagnação nos termos de fixação atuante num meio urbano, isto é, deixar o objeto edilício numa incubadora isolado. Sem nexos com a realidade e suas necessidades o edifício se torna num corpo engessado, impermeável e inerte. Defende-se que, numa perspectiva contraposta, o uso cumpre um papel preponderante para a revitalização do patrimônio.

A falta de argumentos propositivos de novos usos tem sido o argumento sustentado por alguns donos de propriedades que preferem a demolição à readequação funcional. Adverte-se que está corrente é relapsa e negligente, pois no fundo admite a estaticidade dos complexos urbanos e os elementos neles incluídos (LOWENTHAL, 1998). Esta assertiva é ultrapassada em tempos de globalização e divulgação de um espectro robusto de informações.

Nenhuma medida pode propender pela sacralização das edificações. Em certas ocasiões, a rigidez que esta circunstância provoca pode perpetrar situações mais nocivas, de difícil domínio e resolução. Ou seja, é mais plausível admitir que um edifício possa ser recuperado apelando à mudança de uso e determinadas técnicas contextualizadas dos tempos modernos, do que, por exemplo, aguardarmos passivamente seu desabamento. (CHOAY, 2001).

De qualquer modo, em todas as categorias existem questionamentos ou recontextualizações passíveis de debate na análise da arquitetura moderna. Contudo, é verídico que a primeira categoria é a mais polêmica. Um fardo que carrega a arquitetura modernista como produção recente, não necessariamente isolada, nem afastada no tempo, é a insistente cooptação da sua obra à falta de originalidade e sequencialidade produtiva. (SALVO, 2007). Esta concepção é ultrapassada, mormente porque não é possível a mensuração da originalidade em termos temporais.

Na verdade, os monumentos clássicos transcendem às gerações. O que realmente interessa é como a obra incorpora os preceitos de edificações pautadas por princípios atemporais no intuito de elevar à pretensa condição patrimonial da obra. A autenticidade do modernismo possui associação com a integridade objetual do material e documentação. Isto é, como no seu percurso histórico os materiais originais foram conservados e quais são os registros expressivos de sua concepção (PERGOLIS, 1986).

Complementarmente e muito contíguas às valorações explanadas, no caso da arquitetura moderna, devem ser citadas as insubstituíveis categorias de excepcionalidade e unicidade. Ambas reforçam estas edificações como expressões edilícias inéditas e produtos insubstituíveis de um momento histórico peculiar. No que tange a estas categorias é inegável também mencionar o peso autoral do projeto. (PRUDON, 2008).

O cenário normativo sempre se preocupou pelas categorias salientadas. Para Silva (2003) a proteção material dos bens culturais imóveis, baseado nelas, ocorreu cronologicamente em três instâncias (Direito internacional interestatal; Organizações não-governamentais e Direito das organizações internacionais). Grosso modo o conjunto de predisposições tem o intuito de permitir a capilaridade do discurso patrimonial fundamentado na utilização das técnicas de restauração mais amoldadas.

O quadro institucional e normativo permite destacar os percalços e falta de sincronicidade de regras norteadoras capazes de permear diversas ambiências. Nesta perspectiva, não obstante os motivos de catalogação mais ortodoxos da UNESCO sejam taxados de oblíquos é importante mencionar que imersos nos seus preceitos basilares sempre compareceram a memória e identidade (LOWENTHAL, 1998). Recentemente estes princípios tem ressoado nos marcos regulatórios propendendo pela manutenção e valoração dessas feições.

Para elucidar esta seara é impossível negligenciar que além do papel da experimentação contemplativa espacial dos atributos é necessário reparar no alcance memorístico histórico e cultural que possuem as edificações modernas. De acordo com Buttimer (1985) os grupos da sociedade e pessoas individualmente criam suas referências singulares em diversas escalas, do espaço doméstico ao territorial.

Nestas circunstâncias é erguida a ideia de intersubjetividade, isto é, na relação dialógica entre os indivíduos e o meio. Este é considerado um processo vagaroso e flexível que visa o estabelecimento do liame entre a pessoa e a subjetividade que paira na realidade espacial dos sujeitos, sempre atrelada aos significados, valores e experiências idiossincráticas (BUTTIMER, 1985).

Para mergulhar nas nuances que balizam a criação de valores pelos quais os sujeitos assentem empatia é necessário elencar aspectos como: recordações

pregnantes, operações funcionais, sensibilização, etc. Halbwachs (1990) é enfático quando afirma que o passado não é decorado na íntegra na nossa mente e que este precisa irrevogavelmente que as cenas ressurgam pela mediação do grupo social. Isto é, a construção e manutenção da memória são atribuídas a um processo coletivo.

Esta assertiva significa que na medida em que o grupo se encontre mais disperso sua repercussão prospectiva será mais fragmentada e lábil. Salienta-se que a reconstrução do passado é elaborada a partir das informações obtidas no momento presente. Numa esfera contraposta, Bergson (1999) discorda e propõe que o passado se encontra intocado no inconsciente e que sua atualização é trazida para o presente por processos conscientes. Pela sua abrangência e alinhamento com alguns princípios oriundos do interacionismo optou-se por escolher os preceitos halbwachsianos como balizas de entendimento deste mote.

Os humanos possuem uma estrutura cognitiva inata pelo conhecimento, entretanto esta *per se* não é autossuficiente. Nesta perspectiva é insubstituível o input oriundo do meio físico e seu círculo social ao que pertence. Neste caso, a composição de nuances morfológicas, esteticamente bonita, fornece princípios visando alavancar de modo dinâmico desdobramentos particulares para a compreensão da urbe. (BASTIDAS, 2013).

É possível asseverar que a experiência pivotante de associação entre o passado recente e presente nasce no esforço de deslocar ou contextualizar parcialmente alguma pessoa a uma época precedente (BOSI, 1994). Esta afirmação sublinha a existência preclara de uma sobreposição memorística constante de situações e paisagens em tempos descompassados, o pretérito e o atual, que possibilita a fluidez ininterrupta de cenários mutáveis num local urbano determinado.

Esta questão adverte parcialmente o porquê da predileção de objetos antigos, incluídos os conjuntos edilícios. Esta identificação é compartilhada pelas instituições

detentoras das classificações patrimoniais, mas do ponto de vista técnico não é a única baliza. Halbwachs (1990) medita que a reminiscência de atributos antigos pelas pessoas que conhecem, tangencial ou totalmente, as feições físicas da cidade denotam que a atenção é focada nesses elementos pela afinidade com este tipo de atributos.

Contudo, esta elucidação é expansível atemporalmente. Pode-se afirmar que é possível decifrar a existência de uma base consensual no conhecimento humano em relação a opções de escolha por afinidade. As descobertas e assimilação de conceitos vão sendo constituídas de maneira sincrônica com relação à idade e giram em torno de novas funções. Todo este quadro é paulatino e pautado pela progressiva consciência e abertura mental dos sujeitos.

A empatia estética espontânea na genética do Moderno e aparentemente semeada pelo senso que atinge as questões de agradabilidade é ratificada por diversos autores como Tuan (1983) e Arnheim (1997). Estes cientistas assentem que esta escolha se remete a um eminente escopo visual harmônico e ordenado do objeto, neste caso arquitetônico. Este viés é decorrente, em primeiro lugar, da dominância deste tipo de percepção, que lhe permite prevalecer sobre outras impressões menos manifestas.

Evidencia-se que este grau de afinidade está associado aos quadros excepcionais sagrados, institucionais, culturais, comerciais, etc. Estes se explicitam consubstancialmente em edificações sacras, palácios governamentais, museus, lojas, etc. sempre revelando questões de poder. O par relações/edifícios hegemônico, em especial das igrejas, subsidiou sua dilatação intensa até atingir esferas consideráveis que, em alguns casos, se arrastam até hoje.

Nesta linha de raciocínio, as lembranças imagéticas da Modernidade não estão apenas subsidiadas na materialidade das edificações, pois estão imbricadas pelos significados indeléveis de conotação local ou regional. Estes não se

restringem a momentos excepcionais, mas a momentos marcantes que transcenderam e progressivamente foram inseridos no repertório particular dos indivíduos para de forma ulterior deflagrar evocações. (BASTIDAS, 2013).

Cabe destacar que se, por uma parte, é verídico que a associação entre o monumento e os fatos históricos grandiloquentes é importante, por outra, está não é a única condição basilar que determina irrestritamente a condição patrimonial. Atualmente devem ser ressaltados com anuência tanto episódios memoráveis e nobres, quanto os que permeiam a vida corriqueira das pessoas, por exemplo, servir de simples ponto de encontro.

É essencial compreender que em certas circunstâncias a recuperação de identidade e memória deve estar sincronizada aos preceitos de restauração das edificações, pois as imagens se tornam parte intrínseca da vivência do lugar. Isto é, o caráter imagético moderno da paisagem urbana também é constituído como uma construção paulatina, entretanto, decantada de maneira mais veloz.

Infere-se que as situações elencadas explicitam que a ponderação de edifícios patrimoniais é derivada da comunicação e representação dos atributos mais acentuados pelo filtro cultural dos indivíduos. Neste sentido, é importante salientar que há oscilação identitária que reconhece, mesmo intuitivamente, os objetos patrimoniais. Pelo geral os que pertencem às pessoas mais instruídas e conhecem áreas correlatas à arte, podem ser justapostos ou consensuais aos monumentos mais corriqueiros e utilitários. Esta abordagem não significa que os primeiros ostentem uma valoração maior, apenas que os sujeitos empregam meios dissímeis de classificação.

Por outra parte, deve ser destacado como a afinidade e/ou legado utilitário com o lugar é estabelecido não apenas pelas feições espaciais, mas também pelo escopo funcional que alimenta e enriquece o conjunto com suas descrições. Este procedimento ao mesmo tempo fortifica seus vínculos familiares e suas tramas de

interação do território em questão, mas ao mesmo tempo tem associação franca à vivência em espacialidades e tempos pretéritos. (BUTTNER, 1985).

Destarte na realidade contemporânea a memória deve ser entendida como um recurso pautado pela versatilidade. Isto porque deve estar constituída de um escopo sensibilizador e afetivo configurada pela tradição e arraigamento de valores, voltada para lembranças corriqueiras e, sensível ao processamento e, sobretudo, às mutações. Se esta conceitualização é vista nesta perspectiva é a coletividade que fornece a qualidade coesional da memória (HALBWACHS, 1990).

Esta perspectiva acarreta que os dados viso-descritivos possam ser “repassados” para o grupo e às próximas gerações. De acordo com Buttner (1985), a vivência espacial é revitalizada quando norteada por agentes que já foram permeados por experiências similares pautadas pela ordem ou intenção das ações. Percebe-se a importância que acenos emotivos convergentes provocam uma concepção transformadora recíproca entre o homem e a paisagem patrimonial.

Em síntese, acredita-se que a recomposição do imaginário urbano bebendo nas fontes de épocas precedentes é uma forma de enfatizar sua identidade e seu sentido de propriedade. Contudo, na atualidade este entendimento deveria extrapolar limites temporários herméticos. Isto é, desconsiderar a exclusividade que apenas é rendida a edificações alicerçadas nos séculos passados.

Admite-se que a valoração de objetos edílios de tempos mais remotos ou contemporâneos é uma ação intrínseca aos processos cognitivos humanos, devido a que na maioria das vezes a partir de suas concepções particulares e coletivas lança mão de um juízo de valor classificatório. Neste caso, o processo que inicia a valoração não está atrelado de modo cartesiano à elevação patrimonial de setores histórico consolidados, mas também ao seu reconhecimento significacional. (GUIMARÃES, 2007).

Este interstício dimensional está afastado de parâmetros objetivamente mensuráveis e passíveis de operacionalização a partir de um instrumental tecnológico específico. Desta forma, assume-se que o que define a relevância e validade universal de qualquer conjunto patrimonial não é apenas o substrato material em si, mas o valor construído num prazo de tempo, curto ou mais delongado, carregado por um leque de inflexões socioculturais num território singular.

Nesta classificação, por ser mais abrangente, os conjuntos patrimoniais estão alinhados não apenas por questões de caráter meramente estéticas ou de valoração de uma cultura soberana. De maneira complementar a estas duas dimensões é somada a variável da subjetividade, cuja principal feição é a gênese de um elo a partir de associações emotivas e significativas capazes de repercutir no imaginário que as pessoas edificam da cidade.

Estes preceitos construídos nos parágrafos precedentes englobam um espectro de manifestações culturais no tempo e no espaço. Isto, pois sem obrigatoriamente estabelecer uma classificação pelo crivo do encantamento contemplativo ou a partir de uma perspectiva hierárquica anacrônica equacionam dessemelhantes dimensões patrimoniais aparentemente antagônicas como: antigo/novo, tangível/intangível, objetivo, subjetivo, etc.

### **Das (im)permeabilidades do patrimônio moderno**

A tarefa de preservação do patrimônio arquitetônico moderno aparenta ser uma empreitada menos complexa, se comparada à conservação de conjuntos ancorados em épocas ancestrais. Esta posição possui uma defasagem se analisarmos as condições atuais dos conjuntos edifícios modernos, pois estes sofrem um desgaste análogo ao dos conjuntos pertencentes ao patrimônio antigo.

Deste ponto de vista, podem ser sublinhados dois eixos contingentes de intervenção, a saber:

1. Conservação material e técnica.
2. Concepção formal arquitetônica.

No que tange à questão da conservação física podem ser elencadas várias questões de viés pragmático. A primeira é que em múltiplas ocasiões, estes projetos são detentores de profusa documentação e informações completas dos processos construtivos. (MACDONALD, 2003). Este último ponto reverbera significativamente, pois estamos imersos numa época contígua à sua produção e pressupõe-se que o conhecimento das técnicas e dos materiais é abastado.

A segunda está atrelada à anterior, isto é, *a priori* as dimensões sublinhadas fornecem segurança prática-conceitual. Portanto, em hipótese, o trabalho seria menos transversalizado por obstruções. Entretanto, esta condição gera uma dicotomia, pois estamos tão próximos (conhecimento intuitivo, inclusive banalizado), e, ao mesmo tempo, tão distantes (normas mais rigorosas) que não é possível explicitar movimentos tangíveis visando à conservação das feições patrimoniais modernas.

A terceira é afetada pela incidência dos fatores bioclimáticos (lumínico, térmico e acústico). Estas variáveis tinham relevância perimetral em épocas pregressas, mas na atualidade são ponderadas com insistência, pois sua ausência restringe a ocupação amoldada dos prédios e a modernização e/ou operacionalização dos meios de trabalho. Estes tipos de situações são mais contornáveis devido a seu escopo técnico rigoroso de adequação, contudo é provável que as instalações fiquem inteligíveis.

Possivelmente as pendências arroladas, de maior ou menor informalidade na disseminada seara técnica-construtiva, geram algumas dúvidas inibitórias ou desencorajadoras. Esta visão se combinada com a concepção retrograda de

algumas pessoas que bradam que as edificações modernas são impermeáveis à ação do tempo, cria um desgaste conceitual e técnico expressivo.

Quanto aos processos projetuais, a primeira consideração é que em algumas circunstâncias as memórias gráficas foram arquivadas e/ou existem relatórios detalhados do processo. Porém, muitas vezes pelo desgaste do tempo parecem ilegíveis ou, em virtude da precária afinidade conceitual dos construtores, quando utilizadas, cumprem um papel tangencial.

Contudo, este debate é muito mais dilatado, pois neste campo o projeto é permeado pela ideia norteadora da cabeça do arquiteto que inseriu o objeto arquitetônico num determinado entorno. Deste modo, em diversos cenários cogita-se questionar sobre a incompatibilidade da concepção do conceito arquitetônico com relação a sua inserção contextual atual.

Acredita-se que a relação de concepção na arquitetura moderna é mais exacerbada que na arquitetura antiga, pois já era promulgada pelos preceitos modernistas que pregavam a estreita relação entre forma/função (FRAMPTON, 2003). Assim, relutar contra este preceito insinua, em primeira instância, lidar com a presumível transformação do uso em consonância às novas necessidades. Esta feição, já comentada, é considerada um mito e inclusive é demonizada pelos arautos mais ortodoxos do patrimônio.

Na inexistência de um consenso, a forma de acendrar estas vicissitudes tem sido tentar o isolamento dos ideais de hermeticismo e estaticidade do referido pensamento “pseudo-arquitetônico”. Salienta-se que até o próprio Niemeyer corroborando a obsolescência e o grau maior de decaimento propôs a destruição de obras como: o CONIC (vigente) e a Fábrica Duchon (efetivada). (IPHAN, 2008).

Estas atitudes de despreendimento, embora questionáveis, podem representar a gestação da abertura de intervenções com caráter segmentado, que podem

ocasionar inumeráveis benefícios. Observe-se que estas ações, nem sempre descaracterizam ou têm o ensejo de ofuscar feições primigênicas modernas, que são a amarração que possibilita a transmissão do seu significado, mas propendem pela recuperação da urbanidade do lugar.

Neste instante vale a pena salientar que um dos aspectos chamativos concernentes à inserção de edifícios modernistas nos núcleos urbanos é que é possível considerar sua dominância na paisagem como variável propagadora na assimilação gradativa de novas abordagens formais. Isto é, em maior ou menor grau, a implantação deste tipo de conjuntos alavancou processos de transformação morfológica e imagética (BASTIDAS, 2013).

Não obstante a concepção formal modernista seja mais purista (caixas e volumes desprovidos de ornamentos), em hipótese de mais fácil decodificação, é impraticável competir contra a complexidade chamativa das formas advindas dos prédios antigos. No raciocínio do observador se evidencia certa perplexidade, pois se digladia entre o encantamento pelos edifícios velhos ou admiração pela utilização de materiais modernos, em especial, vidro e aço.

A polarização temporal entre manifestações arquitetônicas nos remete praticamente a todos os períodos. Nestes, como constante, a representação “inovadora” em múltiplas ocasiões se contradiz com o paradigma consolidado (FRAMPTON, 2003). Este debate nos envereda pela crença de alguns profissionais que cogitaram que a partir de um olhar retrospectivo, em hipótese imparcial e afastado no tempo, as primeiras e as ulteriores são passíveis de questionamentos e/ou “melhoras”.

Este tipo de abordagem ignora o processo arquitetural, pois é evidente que é impossível estabelecer uma comparação hierárquica e excludente entre os períodos. Acredita-se que é menos pretensioso afirmar que o conjunto de períodos arquitetônicos trouxe contribuições e, sobretudo, reflexões que possibilitaram

infindáveis desdobramentos. Nesta perspectiva é inadiável falar em transformações formais e não evolução formal.

Nos estudos urbanos é fundamental se debruçar com que as paisagens, independente de nomes de movimentos específicos, sofreram transformações e cada período aportou, em certa medida, o ápice da sua produção (GUIMARÃES, 2007). Esta assertiva nos obriga a admitir também que a arquitetura refletida trouxe reconfigurações em diversos territórios do mundo incorporando tradições de momentos esparsos.

Numa perspectiva cronológica é preciso também esclarecer que o Brasil foi uma das primeiras nações em reconhecer o valor das construções modernas. No ano de 1947, o IPHAN submerge na explicitação de ações legais concretas que propendiam pela defesa destes bens arquitetônicos. Não obstante estes atos foram seletivos serviram para colocar o assunto na pauta.

Se inicialmente proferíamos críticas protecionistas aos países eurocêntricos é necessário asseverar que o IPHAN no reconhecimento brasileiro caiu numa tentação preferencial análoga. Isto é plausível, pois durante sua atuação, na década de 1960, quanto à análise da arquitetura moderna, contemplou apenas a salvaguarda de edificações com a assinatura de: Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Luis Reidy.

Unicamente em meados da década de 1980, este cenário foi alterado com a inclusão da Casa Modernista Brasileira, de autoria do arquiteto G. Warchavchki. Este manifesto constata uma oscilação territorial e autoral que visou acolher abordagens alternativas advindas de outras escolas, que não a Escola Carioca, pretensamente alinhada à “vertente corbusina”. (COMAS, 1987).

Seria injusto desconhecer que a arquitetura moderna do Rio de Janeiro propendeu pela junção dos preceitos modernistas à tradição contextual brasileira. Nesta visão de pensamento, Lúcio Costa consegue estabelecer mais profusamente

esta transição. Na verdade, foi uma das primeiras ações projetuais que reconciliaram esta face, mas não a única, pois em virtude de sua repercussão houve desdobramentos futuros que possibilitaram avanços expressivos na “abrasileiração” da arquitetura em outras regiões da União.

O cenário apresentado de tratamento técnico, aspectos formais e valor da arquitetura moderna reascende, em maior ou menor grau, as conceitualizações de Dezzi-Bardeschi (2004). Este autor estipula que deveria ser mais promissória a reinserção das obras arquitetônicas no mundo atual. Isto seria possível alinhando os prováveis conjuntos edilícios passíveis de intervenção às necessidades contextuais do momento.

Esta característica seria mais enfatizada se a utilização do objeto de estudo fosse mais profusa e frequente. A totalidade deste panorama deve ser compreendida sem abnegar, em nenhuma instância, a empatia estética, utilitária e significacional que estes monumentos arquitetônicos têm para os sujeitos dentro de uma inserção cultural globalizante.

Todavia, apesar dos acenos que estão mudando paradigmas, a conservação do patrimônio moderno ainda transita por caminhos intrincados. Em referência a esta temática existem três considerações importantes: vazios conceituais para seu reconhecimento e consolidação (exceto as obras paradigmáticas); não obstante os congressos, em especial o DOCOMOMO, equilibrem o ponto anterior, ainda existe produção incipiente para sedimentar um arcabouço expressivo e as ações protecionistas se arrastam a passos lentos, que acarretam na deturpação e esvanecimento de várias edificações. (MACDONALD, 2003).

Se às situações precedentes juntamos que no IPHAN existe uma sistematização tangencial do tombamento dos conjuntos patrimoniais modernos, infere-se que o panorama não é amigável. Destarte, perscrutar uma classificação que catalogue edificações e conjuntos urbanos é uma tarefa abstrusa. O entrave que

inibe esta empreitada é o incipiente grau de homogeneização das diretrizes que permitam a fluidez das informações entre os IPHANs estaduais (em alguns estados ainda não existe este instituto).

A disseminação das informações alinhada a obstruções de trâmites com viés burocrático (controle e agilização) criam um caldo de cultivo estéril e intransponível para os pesquisadores. Esta ausência de sincronidade possibilitou que em tempos recentes alguns pesquisadores, de modo isolado, tenham desenvolvido tentativas de organização estaduais. Muitos destes relatórios estão documentados nos diversos DOCOMOMOS.

Finalmente, é inadiável mencionar que outro fator inquietante que alterou e repercutiu na visão patrimonialista da Modernidade é que, se por uma parte as construções modernas ruem, por outra, é latente o problema de que muitas sofrem intervenções que propõem conjuntos híbridos e ecléticos. Não obstante algumas tenham feito maquiagens, que iludem pessoas com exíguo conhecimento, estas são totalmente descaracterizadoras do patrimônio.

Neste sentido, a elucidação de Brandi (2005) no caso de cópias ou incorporações assumidas não autoriza, nem serve de pretexto à proliferação indiscriminada da “busca” de feições “inovadoras”. Na verdade seu raciocínio suscita um alerta no intuito de refletir sobre como algumas cópias podem passar inadvertidas pelo correspondente apelo dos gostos estéticos de singulares períodos de tempo.

### **Considerações finais**

Até as tendências conservacionistas mais ortodoxas surgiram de forma assíncrona à arquitetura. Na verdade, a maioria foi decantada com relativa posterioridade por motivos múltiplos e influenciados por diferentes dimensões. Ao

longo do tempo, diversos tipos de conjunturas permitiram a predileção da preservação por certos sistemas arquitetônicos, em especial, os antigos, mas na atualidade, de maneira lenta, este panorama está se transformando.

Acredita-se que hoje, direcionar os holofotes no sentido da produção arquitetônica patrimonial moderna é vencer a incredulidade e tornar estes conjuntos edifícios numa parte que está imbricada ao patrimônio cultural da sociedade. Com esta finalidade é impreterível que seja elaborado o levantamento rigoroso da arquitetura moderna brasileira, abnegando crivos parcializados, capaz de abranger os períodos da sua gestação até a atualidade.

Também, é forçoso comentar que o ato do tombamento não traz benfeitorias imediatas nos conjuntos edifícios contemplados. Dependendo do tipo de intervenção e legislação em múltiplas ocasiões, é considerado um ato contraproducente, devido a que engessa prováveis interferências não necessariamente atreladas a salvaguardar suas feições físicas, porém com sentido duvidoso e/ou permeado por interesses espúrios associados a motivações de exploração financeira.

As normas de intervenção não podem ser herméticas e devem ser flexíveis para tentar se adaptar a necessidades modernas e na expectativa de explicitar que não estamos perante edificações inertes. Na verdade, estamos lidando com monumentos que além de sua qualidade material recente, estão impregnados de motivações subjetivas que imprimem vida e sentido à sua inserção na cidade e no arcabouço mental.

Por fim, não é possível esquecer que é inaceitável aturar que defendendo as bandeiras da divulgação os conjuntos patrimoniais modernos sejam alvos de ações meramente exploratórias e depredatórias, que de modo corriqueiro acontecem com o patrimônio natural. Atividades com tal escopo contribuem com a tergiversação, têm uma contribuição desprezível e estão às avessas de mecanismos alinhados à

educação ambiental e patrimonial que visam promulgar instrumentos que pregam a preservação e respeito.

## Referências

ARNHEIM, R. **Arte e percepção visual**. São Paulo: Pioneira, 1997.

BASTIDAS, J. **Percalços imagéticos às avessas do alfabetismo**: a percepção da paisagem do centro de São Paulo. 2013. Tese (doutorado) 2013 – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2013.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

BOITO, C. **Os restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

DEZZI-BARDESCHI, M. **Restauro**: due punti e da capo. Milano: Franco Angeli, 2004.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COMAS, C. E. Uma certa arquitetura moderna brasileira: experiência a re-conhecer. **Arquitetura Revista**, Rio de Janeiro, n.5, pp.22-27, 1987.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GUIMARÃES, S. T. L. **Paisagens**: aprendizados mediante experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. 2007. Tese (livre-docência) 2007. – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Plano de Trabalho: Grupo de Trabalho 4 – **Acautelamento da Arquitetura Moderna**. Brasília: IPHAN, 2008

LOWENTHAL, D. **The heritage crusade and the spoils of history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MACDONALD, S. 20th Century Heritage: recognition, protection and practical challenges. *In: ICOMOS World Report 2002-2003 on monuments and sites in danger*. Paris: ICOMOS, 2003.

PERGOLIS, J. **Sobre lo clásico en arquitectura**: Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1986.

PRUDON, T. H.M. **Preservation of modern architecture**. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2008.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Goiânia: UCG, 2006.

SALVO, S. **Restauro e "restauros" das obras arquitetônicas do século XX**: Intervenções em arranha-céus em confronto. *In: Revista CPC, nº 4, 2007*. Disponível em:<  
<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n4/a08n4.pdf> >. Acesso: 22 de março de 2013.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

SILVA, F. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Petrópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

---

#### Notas:

<sup>i</sup> United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1945.

<sup>ii</sup> Documentation and Conservation of the Modern Movement, 1990.

<sup>iii</sup> International Council on Monuments and Sites, 1965.

---

#### Sobre o autor:

<sup>1</sup>Jairo Aldemar Bastidas Gustin – <http://lattes.cnpq.br/4072883527114864>  
Arquiteto, Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Doutor em Geografia. Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Francisco USF, campus de Itatiba (SP).  
Contato: jairobg@gmail.com